

O ENTENDIMENTO SOBRE A VARIAÇÃO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO EM UMA TURMA DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA INDÍGENA DO POVO TRUKÁ

Flávio Passos Santana¹
Franciele Torres de Sá²
Maria Aparecida Oliveira da Conceição³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo de pesquisa observar qual o entendimento acerca da variação e do preconceito linguístico no espaço escolar. A pesquisa foi realizada em uma turma do 1º ano do Ensino Médio em uma escola indígena localizada na Ilha da Assunção, Cabrobó-PE, em que foi apresentado um questionário para os estudantes sobre aspectos da língua, tendo como objetivo analisar se os discentes, de fato, compreendem o que é a variação e o preconceito linguístico, no intuito de promover uma discussão sobre o assunto. Sabe-se que a língua portuguesa é uma língua heterogênea, e nela podemos identificar a presença de variedades linguísticas; portanto, é essencial que os estudantes conheçam bem sobre o tema e sejam capazes, não só de valorizar, mas também de argumentar, e se preciso, defender um conhecimento que é passado de geração para geração e deve ser tido como relevante e respeitado. Entende-se que o ambiente escolar é propício a diversos tipos de preconceito, inclusive o linguístico, por isso, vê-se a necessidade de refletir, juntamente com os alunos, pensando na conscientização destes. Assim, o ensino de língua portuguesa nos diz muito

¹Universidade de Pernambuco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8722-0879>. E-mail: flavio.passos@upe.br.

²Escola Indígena João Alberto Maciel. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5380-497X>. E-mail: francieletorres36@gmail.com.

³Escola Indígena João Alberto Maciel. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6363-935X>. E-mail: ccida3732@gmail.com.

sobre a importância dada à variação e ao preconceito linguístico na escola. Para isso, tomamos como norte os pensamentos de Marcos Bagno (1999, 2001, 2003) e Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) para nos embasarmos acerca dessa temática, bem como Freire (2018), que discute sobre a educação indígena no Brasil.

Palavras-chave: Variação Linguística; Preconceito Linguístico; Língua Portuguesa; Escola; Truká

Linguistic variation and prejudice in the first year high school class of an indigenous school of the truká people

Abstract: The present work has as a research object variation and linguistic prejudice, specifically in the school space. The research was carried out from the choice of an indigenous school located on the Island of Asuncion, Cabrobó-PE, where students presented answers in a questionnaire related to the theme of this conclusion work, aiming to analyze whether the students, in fact, understand the which is the variation and linguistic prejudice, in order to promote a discussion on the subject. It is known that the Portuguese language is a heterogeneous language, and in it we can identify the presence of linguistic varieties; Therefore, it is essential that students know the subject well and are capable, not only of valuing, but also of arguing, and if necessary, defending knowledge that is passed from generation to generation and must be considered relevant and respected. It is understood that the school environment is conducive to different types of prejudice, including linguistic prejudice, therefore, there is a need to reflect, together with students, thinking about their awareness. Thus, teaching the Portuguese language tells us a lot about the importance given to linguistic variation and prejudice at school. To do this, we appropriate theories such as those of Marcos Bagno and Stella Maris Bortoni-Ricardo, as well as the book *No Reino da Assunção, Reina Truká*, written by indigenous people of the Truká people.

Keywords: Linguistic Variation; Linguistic Prejudice; Portuguese Language; School; Truká.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A língua portuguesa, assim como as demais línguas, apresenta variação linguística. Esta diz respeito à observação mediante a diacronia: descrição de uma língua ou parte dela, a partir das mudanças sofridas ao longo dos anos, bem como da mudança na língua de acordo com cada região, grupos sociais e até mesmo estilo.

Durante muito tempo, e até mesmo na atualidade, uma parte da sociedade ainda se prende fortemente à ideia de que a língua portuguesa é unificada (mito), muitas das vezes, menosprezando as diferentes formas de falar. A ausência do ensino e a conscientização sobre a variedade existente na língua pode causar (e causa) manifestações de preconceito linguístico. Há muitos falantes que já passaram por situações cotidianas relacionadas a esse preconceito, alguns, não se importaram, justamente por não conhecerem; enquanto outros, se veem numa “experiência” totalmente desconfortável por se sentirem inferiores.

A falta de preparação por parte dos educadores sobre a variação linguística tornou-se um erro. Devemos ressaltar que hoje, mesmo com um avanço no que diz respeito à preparação de educadores, o ambiente escolar ainda é cenário de inúmeras manifestações do preconceito linguístico, isso porque, em

alguns casos, ainda persiste a confusão entre língua e gramática.

Deve-se ter como relevância que, assim como qualquer outro tipo de preconceito, o linguístico também é capaz de causar problemas. Não é errado apresentar um ensino consciente sobre as regras da língua padrão, mas este ensino não deve ser realizado por meio do menosprezar do falar de terceiros. Para isso, nos aprofundamos em pensamentos como os dos pesquisadores Marcos Bagno (2003), Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004) e livros produzidos pelos indígenas da aldeia Truká, como *No Reino da Assunção, Reina Truká* (2007), que apresenta muitas perspectivas relevantes para a pesquisa em discussão. De modo que se reflete acerca de como o ensino de língua portuguesa pode prejudicar a conscientização dos estudantes do povo Truká sobre o seu modo de falar.

Entende-se que as pesquisas feitas sobre a variação linguística são de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, o que nos chamou atenção foi identificar a diversidade das falas dentro do povo Truká – que é uma referência para esses estudos relacionados às variedades e preconceito - pois muitas das vezes suas falas não são compreendidas pelos próprios pertencentes das comunidades indígenas que vêm de outras etnias, todavia a pesquisa bibliográfica nos deu embasamento/suporte para levarmos a fundo e compreender todo o processo de variação linguística e os dialetos falados pelos professores, anciãos, jovens, adultos e pelas crianças. Com base nisso, voltamos esses estudos para o povo Truká, um povo indígena aguerrido que reside na Ilha

da Assunção, Cabrobó-PE. O então trabalho desenvolve-se a partir da observação da riqueza vocabular que a língua tem, de pesquisas bibliográficas sobre o tema e, além disso, promover uma reflexão acerca do que pensam os estudantes sobre o assunto em questão.

Enquanto professora indígena de língua inglesa e artes, e pertencente aos Truká, conseguimos analisar, de forma mais próxima, a realidade linguística do nosso povo, dos nossos estudantes. A escola escolhida para a realização das pesquisas sobre a variação, o preconceito linguístico e certamente o ensino da língua portuguesa, está localizada na aldeia Alto do Gavião, cerca de pouco mais de 15km da cidade de Cabrobó, Pernambuco. Esta escola foi registrada em 1985, e surgiu a partir da professora Dercy Antônia da Conceição, que iniciou um processo de alfabetização com multisseriado. Foi ela a responsável pela alfabetização de muitos indígenas que até hoje a relembram. Dercy Antônia começou ensinando crianças em uma casa de taipa, no ano de 1980, e só mais tarde conseguiu a escola, por meio de um projeto aprovado na Assembleia Municipal.

É essencial que se discuta sobre os fatores que acometem a variação linguística dentro de diversos espaços, inclusive a escola, que é um ambiente múltiplo. Além disso, nossos discentes precisam compreender a importância dessas variedades linguísticas presentes na realidade cultural de cada colega, conscientizando-os a respeito para não dar espaço a mais um preconceito que existe: o linguístico.

Levando em consideração a proposta do nosso trabalho, é necessário fazer estudos e pesquisas mais relevantes sobre a variação linguística, principalmente quando direcionamos esse tema para o ambiente escolar. A escola é um local onde essa variação é muito presente, no entanto, pode acontecer de ser mal abordada, pois requer uma atenção mais ampla pelo fato de desencadear implicações como o preconceito linguístico.

Nesse sentido, o trabalho em questão tem como objetivo específico promover a discussão sobre os fatores que acometem a variação linguística dentro do espaço escolar e, conseqüentemente, o preconceito linguístico. Além disso, é preciso ressaltar a importância das variações presentes na realidade/cultura de cada estudante, identificando os diferentes fatores que as influenciam, e apresentando as diversas marcas da variação linguística na fala. Por fim, pretende-se conscientizar a respeito do preconceito linguístico presente na sociedade, valorizando as diferentes formas de falar e se expressar.

Expor a realidade do ensino da variação linguística é preciso, pois, no ambiente escolar, alguns professores, demais integrantes do grupo docente e até mesmo os estudantes ainda cometem equívocos ao corrigir a forma de falar ou expressar que alguns discentes têm. Não é errado ensiná-los sobre as regras e mudanças da língua padrão, todavia, não se deve constrangê-los com certas falas, levantando a afirmação de que estes estejam errados ou não sabem o português (brasileiro).

Embora a palavra seja dita de maneira diferente da que estamos acostumados a pronunciar e ouvir, não significa que esta esteja incorreta ou seja feia, grosso modo. Torna-se ainda mais preciso que a escola tome conhecimento desta temática pelo fato de que esta pode acarretar problemas. Compreende-se que o preconceito linguístico é resultado da falta de ensino e conscientização sobre a variação linguística. Isso porque, durante muito tempo, a ideia de que a língua portuguesa era única prevaleceu na sociedade. Enquanto professora da escola indígena em questão, lidamos todos os dias com diferentes estudantes, até mesmo aqueles que não pertencem ao povo Truká, e identificar toda essa mistura de formas de falar diferentes nos chamou a atenção, porque é algo que está no sangue.

Como se sabe, o processo de colonização do país deixou muitas marcas, inclusive no que diz respeito às línguas maternas dos povos indígenas. O povo Truká se comunica através da língua portuguesa, mas algumas pessoas que pertencem à aldeia já realizaram e realizam estudos sobre a língua do povo Truká: Dzibukuá. Contudo, leva um certo tempo para que todos os indígenas tenham acesso à língua, pois são estudos prolongados e minuciosos. Na escola onde trabalhamos e que aplicamos esta pesquisa, por exemplo, ainda não se estuda Dzibukuá. Vale ressaltar o valor desse idioma para o fortalecimento da cultura e dos costumes tradicionais, suas variações e os dialetos falados na comunidade indígena para superar os desafios vivenciados todos os dias, dentre eles o preconceito linguístico, levando em conta o conhecimento e as necessidades da fala dos sujeitos

diante da sociedade como um todo, tendo por exemplo nós mesmos como falantes nordestinos que somos.

É importante revelar que por amor à nossa língua, língua essa que hoje é tão nossa quanto dos portugueses que a trouxeram para cá, a área de pesquisa sobre variação e preconceito linguístico nos escolheu desde o I período do curso de letras, quando tivemos que realizar um projeto de pesquisa e esse era um campo de estudo. Tendo em vista que este trabalho é voltado para o povo Truká, é importante conhecer pelo menos um pouco sobre esse povo e o seu local.

A escola indígena escolhida está localizada na Ilha da Assunção, Cabrobó-Pe. A Ilha da Assunção está dividida em 26 aldeias, onde residem diferentes famílias do povo Truká, com uma população de cerca de 5 mil habitantes e 6 mil e 200 hectares de terra da Ilha da Assunção e 970 hectares do arquipélago, que abrangem 84 ilhas menores. A história dos indígenas Truká é certamente longa, devido a todos os processos de lutas e retomadas em que nossos mais velhos, mesmo sem muitos conhecimentos do mundo afora, realizavam até mesmo viagens em busca de informações e apoio de outros indígenas para o povo, além do reconhecimento enquanto originários, bem como seus direitos.

O nome Truká surgiu através dos Encantos de Luz. O indígena Acilon Ciriaco da Luz um dia teve um sonho: “Tuxi, Tuxá, Tumbalalá, Nação TURKÁ!” (Santos et al, 2007, p. 26). Em seu sonho, o nome foi revelado como Turká, porém, no registro da aldeia ficou como Truká. A partir da revelação dos

Encantos de luz, os mais velhos iniciaram o enfrentamento para a reconquista da Ilha da Assunção. Eles realizaram os processos de retomadas: em 1984, aconteceu a retomada da Cabeça da Ilha (contra o Governo do Estado de Pernambuco); em 31 de maio de 1994 a retomada da Cabeça da Ilha, dessa vez, contra um senhor conhecido como Xinxa. Além dessas duas citadas anteriormente, pode-se destacar também a retomada da Caatinga Grande, em 1995, contra Cícero Caló e IPA (Instituto de Pesquisa Agronômica), e a conquista final, em 26 de janeiro de 1999. É de extrema importância conhecer a história do nosso povo, pois “é condição essencial para continuidade de nossas identidades” (Santos et al, 2007, p. 103), identidade essa que se constrói no chão da aldeia.

Sabe-se que é extremamente importante fortalecer as nossas teorias/pensamentos a partir de teóricos que já têm propriedade para falar sobre diversos assuntos. Portanto, buscamos nos assegurar através disso, dando maior credibilidade ao trabalho por meio daqueles que são referência, como veremos na próxima seção.

UMA LINHA TÊNUE: ENSINO - VARIAÇÃO

A variação linguística ou, de certa forma, variações linguísticas, referem-se à capacidade que a língua tem de transformar-se e adaptar-se de acordo com alguns componentes. Estes componentes são e acontecem de acordo com o passar dos anos, e a diacronia é responsável por realizar estudos relevantes acerca dessas alterações ocorridas ao longo do tempo, da região. Cada lugar tem a sua forma regionalizada, ou seja, adaptada àquela determinada região como modo de se

expressar e comunicar-se aos distintos grupos sociais, especificamente o uso frequente de gírias. A idade é um outro fator relevante, pois, observa-se facilmente que um jovem, por exemplo, não possui a mesma forma de falar de um (a) idoso (a). O gênero, muitas vezes, recai sobre diferentes modos de se expressar. Os cargos profissionais e a baixa escolaridade são também componentes que influenciam no que diz respeito às variações linguísticas. Nesse sentido, é essencial dialogar sobre a língua porque se trata de uma interação, e está dentro de um domínio social. Bortoni-Ricardo (2004) revela que

Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo da interação humana. Quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio. Vejamos alguns exemplos. No domínio do lar, as pessoas exercem os papéis sociais de pai, mãe, filho, filha, avô, tio, avó, marido, mulher etc. Quando observamos um diálogo entre mãe e filho, por exemplo, verificamos características linguísticas que marcam ambos os papéis. As diferenças mais marcantes são as intergeracionais (geração mais velha/geração mais nova) e as de gênero (homem/mulher). (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 23)

Sabemos bem que a interação linguística e as diferenças sociolinguísticas que existem no seio da família é o nosso primeiro contato com a língua e se vale a partir desse domínio social (família). Desde o momento em que uma criança começa

a falar suas palavras, inicia a interação linguística com aqueles que estão próximos e/ou fazem parte do seu convívio, inclusive, é o espaço onde a criança, desenvolvendo a sua fala, sente-se bem mais à vontade para dialogar, sem o receio de uma correção que o deixe constrangido, pois, nesse meio, fala aquilo que ele(a) aprendeu. A forma como essas crianças são ensinadas em seu lar, onde predomina a cultura oral, é a forma como elas se comunicarão quando partirem para o seu futuro contato, que seria a escola. Identifica-se, nesse instante, um processo de transição.

Ainda segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 24) “você pode observar que a transição do domínio do lar para o domínio da escola é também uma transição de uma cultura permeada pela escrita, que vamos chamar de cultura de letramento”. E é justamente esse processo que acaba gerando um impacto nos estudantes, porque a forma do professor falar pode ser diferente daquela que eles aprenderam, e isso pode fazer com que o estudante tenha um certo receio de se expressar, pelo fato de se tratar de um espaço diferente, com modos de falar diversos.

Durante décadas, e até mesmo atualmente, prevaleceu-se a ideia de que a língua portuguesa é homogênea, sendo assim um pensamento de língua única/unificada, e por isso surgiram as problemáticas de que, em algumas regiões do Brasil, os habitantes não sabem falar o português ou que falar/aprender o português é muito difícil. No livro *Português ou Brasileiro*, é possível compreender que o que fomenta essa ideia é a forma como se ensina português, dessa forma:

Ensinar português significa, na prática pedagógica tradicional, inculcar um conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas “corretas”, impor uma série de pronúncias artificiais que não correspondem a nenhuma variedade linguística real, cobrar o conhecimento (ou, melhor, a memorização mecânica e estéril, a decoreba inútil) de uma nomenclatura falha e incoerente, junto com definições contraditórias e incompletas. Ao mesmo tempo, *ensinar português* é tentar convencer o aluno de que todas as formas de uso da língua – fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas, lexicais – divergentes daquelas apresentadas na gramática normativa constituem *erros*, são “língua de índio”, são “fala estropiada”, ou simplesmente *não são português*. (Bagnó, 2001, p. 9) (grifos do autor)

Mas então surge a questão: Se as pessoas não sabem falar a própria língua, como se comunicam? Na realidade, a sociedade vem cometendo um absurdo que já está bem enraizado, ao acusar o próprio brasileiro de não saber falar uma língua que é ele e dele, e assim fazem com que estes acreditem que de fato não sabem, por isso comungamos com o pensamento de Bagnó (2003, p. 17) “nós somos a língua que falamos, e acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber usar corretamente a visão (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de enxergar, mas não é capaz de ver)”.

Vale afirmar que a nossa língua, o português brasileiro, é na verdade heterogênea. Para entender melhor,

compreende-se que se trata de um conceito científico o qual se refere a coisas distintamente não uniformes, ou seja, a língua é tida como heterogênea pelo fato de que ela destrincha, naturalmente, diferentes formas de referir-se a um só objeto, fenômeno, entre outras coisas. Contudo, a ideia de língua unificada surgiu através da grande confusão que uma parcela dos falantes de língua portuguesa brasileira fez ao misturar a concepção de língua e de gramática normativa. A gramática é, sem sombra de dúvida, homogênea, e é justamente isso que aqueles que têm acesso à escola estão acostumados a ver e estudar: a norma-padrão, a qual Bagno (2003) classifica como “ilusão”. E essa confusão influenciou o surgimento do preconceito linguístico, o qual pode ser traduzido como preconceito social, pois

O preconceito linguístico não existe. O que existe é um profundo e entranhado preconceito social [...] fazer essa mesma discriminação com base no modo de falar da pessoa é algo que passa com muita “naturalidade”, e a acusação de “falar tudo errado”, “atropelar a gramática” ou “não saber português” pode ser proferida por gente de todos os espectros ideológicos, desde o conservador mais empedernido até o revolucionário mais radical. (Bagno, 2003, p. 16) (grifos do autor)

O preconceito linguístico ou simplesmente preconceito social é a reação de discriminação e exclusão social que retrata o julgamento sobre alguém pela forma de se comunicar que determina o que a pessoa usa, seja de forma oral ou escrita, e este julgamento se dá pelo fato de que quanto menos

soubermos sobre a famosa norma-padrão imposta, mais criticados e menosprezados seremos por alguns falantes da língua portuguesa, os quais podemos considerar mal-informados/leigos. Um preconceito desse caráter acontece por meio de repulsa ou reprovação das outras variedades linguísticas, e que é capaz de gerar violência verbal, psicológica ou até mesmo física.

Em diferentes espaços, podemos flagrar o preconceito linguístico (preconceito social), inclusive no ambiente escolar. Pode até parecer estranho e controverso, mas a escola é um dos locais onde certamente se apresenta uma grande variedade linguística e conseqüentemente a manifestação desse preconceito por ser um lugar vulnerável; portanto, é um assunto que deve ser profundamente tratado nas escolas, assim como fazem conscientização dos riscos de uma relação sexual sem uso de preservativos, dos malefícios dos diferentes vícios, a depressão e ansiedade, entre outros. Compreender e tratar sobre isso pode ser um desafio, por parte dos professores, quando não estão preparados para abordar essa temática; e por parte dos estudantes, quando não possuem professores devidamente preparados para os conscientizarem. É essencial que os docentes e discentes tomem conhecimento desse assunto para tornar o ensino e a aprendizagem da gramática normativa mais consciente, prazeroso e humanizado, porque segundo Bagno (1999) “É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada artificial e reprovando como erradas as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam um idioma” (Bagno, 1999, p. 52).

Portanto, é preciso um ensino conscientizado para preparação dos alunos, isso no que se refere à vestibulares, concursos e outros, contudo, não se deve impor a aprendizagem da norma-padrão menosprezando a língua que faz parte das raízes do alunado. Todavia, ensiná-lo não diz respeito a, por exemplo, fazer correções orais publicamente, pois além de ser um ato de ignorância causa muito constrangimento ao estudante, levando este a fechar-se internamente, privar-se de expor opiniões ou pensamentos em público, acarretando baixa autoestima, dificuldade para comunicar-se. Com isso, o preconceito linguístico funciona como um bloqueio psicológico. Tudo isso vai contra os parâmetros curriculares nacionais:

Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: O de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que a de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (Brasil, 1998, p. 31).

Baseando-se nisso, foi possível notar, certamente, falhas mediante ao ensino consciente na sala de aula. Visto que, em nossa primeira observação da turma do 1º ano do Ensino Médio de uma Escola Indígena do povo Truká, identificamos manifestações contrárias às sugeridas acima.

O educando, em parte, diz gostar de estudar o português, mas nem todos apresentam uma justificativa plausível para essa afirmação, chegamos a essa conclusão a partir de um questionário realizado com os estudantes, em que muitos deles afirmam que é *um pouco complicado* estudar a língua por enxergá-la apenas como um amontoado de regras. Isso acontece porque esse alunado tem em mente que está ali para ouvir regras gramaticais e falar e escrever *corretamente*; é por esse motivo que frequentemente se escuta *eu nem sei falar certo* ou, em aulas de língua estrangeira (inglês), *eu não sei nem falar português direito, imagine inglês*. Para eles, pode parecer muito difícil, contudo, “qualquer língua é ‘fácil’ para quem nasceu e cresceu rodeado por ela! Se existisse língua ‘difícil’, ninguém no mundo falaria húngaro, chinês ou guarani” (Bagno, 1999, p. 36). Com isso, é indispensável se discutir o porquê de tantas pessoas ainda afirmarem que é tão difícil falar a própria língua, se elas mesmas estão utilizando-a enquanto falam.

Nessa perspectiva, surge o seguinte questionamento: Os alunos já vão para a escola, desde cedo, com esse pensamento retrógrado enraizado em suas mentes? Certamente não, todavia, quanto mais se avança a modalidade de ensino, mais se tem contato com regras da língua portuguesa, as quais nos ensinam como escrever e falar certo. Para Bagno (1999) “Se tanta gente continua a repetir que ‘português é difícil’ é porque o ensino tradicional da língua no Brasil não leva em conta o uso brasileiro do português” (Bagno, 1999, p. 36). Isso acontece porque a preocupação maior é “fazer” com que o aluno aprenda inúmeras regras da norma-padrão. Com isso,

enxergamos um cenário, na turma do 1º ano, de jovens que “pouco se conhecem”. Quando se emprega o termo “pouco se conhecem”, trata-se do fato que eles não sabem que o modo como falam ou se expressam não é errado, pelo contrário, é uma das partes ricas da nossa língua.

Os professores, em determinada série, até discutem em sala acerca das variedades linguísticas (e nem tanto sobre o que é o preconceito linguístico, que está ligado a essas variedades), estamos conscientes disso porque temos constante diálogo com os professores e estudantes, pois já temos este convívio com todas as turmas, entretanto, é retratado de uma forma que nos remete à explanação de um conteúdo comum, tal como as classes gramaticais, e foi exatamente esse cenário que logo evidenciamos e que vai contra o que se discute: muitos discentes afirmaram não saber o que é variação e preconceito linguístico, enquanto outros tentaram apresentar respostas mais elaboradas, contudo, acabaram se perdendo nas informações ao confundir preconceito linguístico como homofobia, gordofobia, racismo, entre outras manifestações de preconceito relacionadas à estética.

A verdade é que dentro da classe, o tema fica apenas na teoria. Não é atribuída tanta importância ou realizadas discussões que levem o aluno a buscar compreender sua cultura linguística. Predomina-se, então, a velha e cansativa prática de levar uma atividade em que o personagem da história ou o texto apresentam “erros” na fala e os estudantes devem reescrever essas falas em consonância com as regras da língua, os discentes entendem como um conteúdo comum

porque são ensinados dessa forma: atividades de correção gramatical com personagens caipiras, por exemplo.

Assim, vemos que os alunos não são instruídos a terem argumentos de defesa, caso sejam expostos a uma situação desagradável relacionada a essa temática. Ora, a abordagem assim, principalmente se for acompanhando o que se encontra no próprio livro didático, caso a abordagem seja feita de tal forma, por exemplo, intensifica na mente do aluno que a forma como ele fala é incerta. Muito se foca no que é tido como correto, evidenciando que muitos docentes não estão preparados para esse tipo de abordagem, o que talvez seja reflexo da forma como lhe foi ensinada.

É por isso que o professor precisa estar preparado para trabalhar com esse tema em sala de aula, pois é indispensável que o discente seja conscientizado de que as suas expressões não estão erradas, mas que, em algumas circunstâncias, serão cobrados mais conhecimento sobre a língua e as regras impostas. É válido ressaltar que a língua é um fator essencial, que representa um importante papel tanto na identificação social quanto cultural. No entanto, para alguns, haveria implicações, como no caso das línguas indígenas frente ao português, uma vez que o preconceito com o falante indígena surge a partir dos vocábulos que são utilizados por eles, e que muitas das vezes não são compreendidos, nem tampouco aceitos por parte da sociedade; diante disso, há implicação na identificação, no decorrer do discurso entre locutor e interlocutor dentro do contexto social, cultural e histórico. Kondo e Fraga (2013) afirmam que

Muitas comunidades indígenas atualmente têm lutado pelo fortalecimento de suas línguas, justamente porque elas atuam como importante marcador de identidade, considerando o significado que elas têm para os brancos, uma vez que, para esses, índio verdadeiro é aquele que fala língua indígena. (Kondo; Fraga, 2013, p. 215).

Nota-se que a afirmação acima é uma luta cotidiana dos povos originários para manter sua língua, essa resistência vem desde a chegada dos portugueses ao Brasil, por meio do processo de invasão. Porém, não se tem como negar que, mesmo lutando para fortalecer suas tradições e preservar seus costumes, o preconceito linguístico (social) persiste, isso porque, por mais que na teoria não exista um falar certo ou errado; na prática, a realidade é outra. Contudo, sabe-se que a fala entre comunidades/grupos tem sim seus dialetos e vocábulos bem diferentes de região para região, e que devem ser respeitados e valorizados de acordo com cada um em seu modo de entender o enunciado em questão. Acerca desse assunto, Freire (2004) destaca que

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminados e excluídos da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas”. (Freire, 2004, p. 23).

É inevitável a presença da variação linguística em nossa vida, pois em todos os lugares iremos encontrar pessoas com um modo diferente de falar, e isso não o torna melhor ou pior que o outro, de fato, a diversidade social e cultural é presente em nosso cotidiano, sem exclusão da sala de aula, ou seja no espaço escolar.

Para compreendermos melhor todas as questões e posicionamentos apresentados, são indispensáveis algumas ações. Por isso, adiante nos deparamos com métodos utilizados para que o desenvolvimento deste trabalho fosse possível.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos listados nesta pesquisa, fez-se necessária uma metodologia séria, participativa e com clareza na exploração dos assuntos propostos para discussão e conscientização do alunado. Foram realizadas pesquisas e análises dentro do espaço escolar para utilizarem como material de apoio. A pesquisa foi desenvolvida a partir de duas etapas: pesquisa bibliográfica e, posteriormente, a pesquisa de campo, com o método dedutivo e de índole quanti-qualitativa. As atividades foram selecionadas de diversas fontes de informação escrita, para coletar os dados gerais e específicos, respeitando assim, o modo de falar de cada um.

Para obtermos os resultados esperados nesta pesquisa, desenvolveu-se investigações sobre o tema em estudo, pois quanto mais informação referente à temática, mais seria possível entender a razão do preconceito linguístico no ambiente escolar, outrossim, analisamos livros, artigos e sites

relacionados ao tema abordado para tentar chegar a uma conclusão referente à discriminação dos sujeitos diante da sociedade como um todo.

A segunda etapa, a da pesquisa, foi realizada em uma escola localizada em uma comunidade indígena do povo Truká, Aldeia Alto do Gavião, Cabrobó-PE, com a turma do 1º ano do ensino médio, a turma foi escolhida, não desmerecendo as demais, mas por ser uma turma muito participativa e por ter muitos estudantes que investem nos questionamentos e gostam de debater. Havia 18 estudantes na turma, sua grande maioria é de descendência indígena Truká, com idade entre 15 e 16 anos. A partir da realização de um questionário com perguntas relacionadas ao conhecimento deles sobre o ensino de língua portuguesa, a variação linguística e o preconceito que sofrem ou se já sofreram, buscando compreender melhor como é trabalhado o tema referente à variação e o preconceito linguístico dentro da sala de aula.

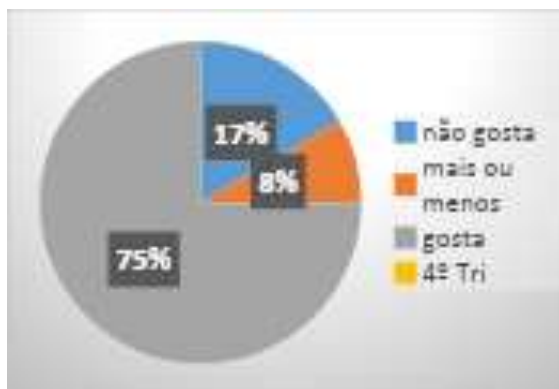
Pensando-se no quão estes alunos poderiam estar leigos sobre o assunto, todos foram questionados de forma particular e tiveram que explicar sobre o conceito de variação e preconceito linguístico. O questionário está dividido em seis questões simples na tentativa de saber se os estudantes entendem e dominam sobre o assunto ou se de fato há uma espécie de falta no processo de ensino-aprendizagem desses fenômenos. As seis perguntas foram elencadas da seguinte forma: 1. Você gosta de estudar a língua portuguesa? Justifique a sua resposta. 2. Como é o ensino de língua portuguesa na sua

escola? 3. O que é variação linguística? 4. Você utiliza a variação linguística no seu cotidiano? 5. Você já ouviu falar sobre preconceito linguístico? Se sim, explique aquilo que entende a respeito. 6. Você já passou por alguma situação ou constrangimento que pode ser considerada como preconceito linguístico? Com o intuito de organizar melhor os questionamentos e as respostas obtidas, apresentamos uma seção exclusivamente para isso, que conta com a apresentação de gráficos.

A FACE DO NÃO SABER: ANALISANDO O PENSAR E A COMPREENSÃO DOS ESTUDANTES

A partir das respostas obtidas, foi necessária uma análise acerca destas, discutindo e apontando questões com base nas teorias refletidas. As questões foram organizadas e enumeradas, além disso, viu-se a necessidade da utilização de gráficos com as informações, como forma de uma melhor explanação.

Gráfico 1: Questão 1: Você gosta de estudar a língua portuguesa? Justifique a sua resposta.



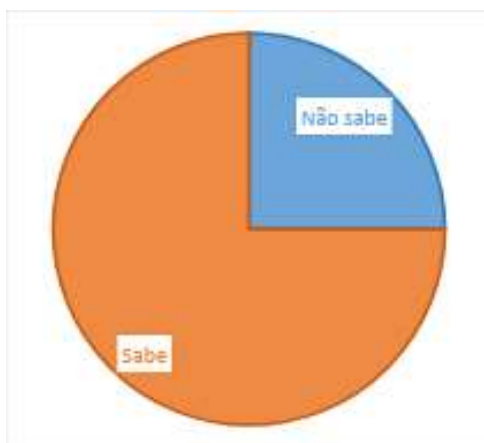
Fonte: Os autores

Como se pode observar, de acordo com as respostas dos alunos a respeito do gostar da língua portuguesa, 17% responderam que não gostam pelo fato de ter muitas regras e/ou ser complicada/difícil. Podemos dizer que essa asserção vai ao encontro com a afirmação feita por Bagno (1999), porque se tanta gente insiste em dizer que o português é difícil, o ensino tradicional desconsidera o uso do português brasileiro, o que é um fato, e, também, reflete que o docente pode estar, por exemplo, deixando ainda mais forte na mente dos alunos que estudar o português é só aprender regras, ler e escrever, limitando a língua. Por outro lado, 8% responderam que gosta mais ou menos, enquanto os demais 75% afirmaram gostar, mas a justificativa não é tão plausível porque estudar o português vai além de só ler e escrever, há também o autoconhecimento, a identidade, a história.

É interessante refletir acerca das respostas apresentadas por esses discentes, pois nos leva a pensar naquilo que é afirmado por Bagno (2001) sobre o ensino do português, já que

é assegurado, na prática tradicional, que esse ensino diz respeito ao ato de passar para o alunado um conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas corretas e que impõe uma série de pronúncias artificiais. Além disso, há uma tentativa de convencê-los de que as formas de uso da língua, diferentes daquelas que são apresentadas pelas gramáticas, são erros, é possível dizer, então que é por isso que alguns dos alunos consideram-na complicada, pois seguem esse viés.

Gráfico 2: Questão 02. Como é o ensino de língua portuguesa na sua escola?

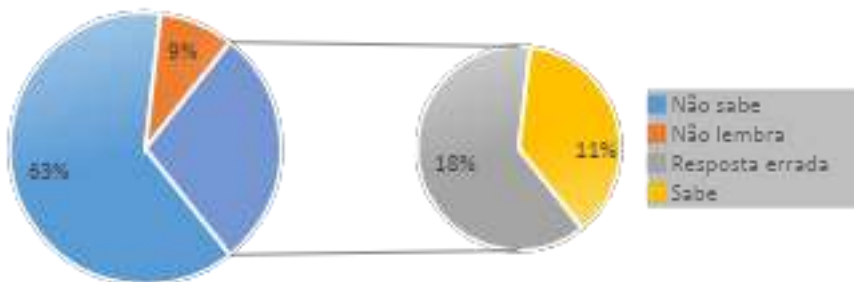


Fonte: Os autores

Na questão de número 2 (dois) sobre o ensino de língua portuguesa, algo que nos chamou muita a atenção é a falta de criticidade dos estudantes, pois eles mesmos usufruem do

ensino e três alunos afirmam que não sabem como é o ensino; enquanto outros 10 tentam responder, mas de forma vaga, trazendo adjetivos simplórios e não indo além disso, com exceção de um aluno que diz “são aulas dinâmicas, o que atrai muitos adolescentes”. É preocupante ver que os estudantes não têm domínio crítico e não conseguem avaliar bem um ensino que é de acesso deles mesmos. É de suma importância dialogar acerca de como é o ensino de língua portuguesa na visão dos estudantes para se compreender a forma como eles enxergam as ações do docente em sala. Se é um professor que faz toda diferença ou se apenas tenta incrementar o repertório de regras gramaticais dos estudantes. É necessário, então, refletir a partir das práticas docentes para que não seja apenas um “conjunto quase interminável de prescrições sintáticas consideradas ‘corretas’.” (Bagno, 2001, p.9).

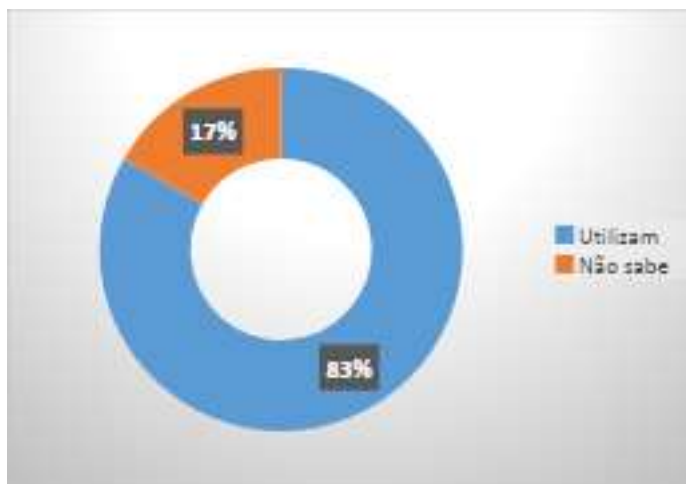
Gráfico 3: Questão 03. O que é variação linguística?



Fonte: Os autores

A questão que é basicamente um pontapé inicial para a pesquisa sobre variação e preconceito linguístico, também foi respondida. 62% dos estudantes responderam que não sabem o que é variação linguística; 9% disseram que estudaram, mas não lembram; 18% apresentaram respostas que não coincidem com o real conceito de variação; enquanto outros 11% afirmaram que a variação linguística é a diversidade de formas de falar e a forma como em cada lugar do país fala. O total de estudantes que não sabem sobre o assunto corresponde a mais da metade dos entrevistados, e isso possivelmente está relacionado ao que é dado importância dentro da sala de aula. Pensando na promoção de uma discussão acerca das variedades existentes, na tentativa de conscientizá-los sobre o que é e quais fatores acometem essa variação em diversos espaços, é essencial se discutir sobre o ensinar e cumprir bem essa função, pois em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), a escola, antes de tudo, deve livrar-se de vários mitos, inclusive, o de que existe uma forma correta de falar. Vê-se que o tema não é tão abordado quanto deveria ser, por isso ainda se escuta muito dos próprios alunos que eles não sabem falar a própria língua. Esse tipo de afirmação se fortalece porque o ensino tradicional, o qual tenta inculcar no alunado um amontoado de regras, “não leva em conta o uso do português Brasileiro” (Bagno, 1999, p. 63). A acusação, que muitas vezes parte da própria pessoa que fala é de extremo absurdo, pois isso seria como acusar uma pessoa de não usar corretamente a visão (Bagno, 2003).

Gráfico 4: Questão 04. Você utiliza a variação linguística no seu cotidiano?



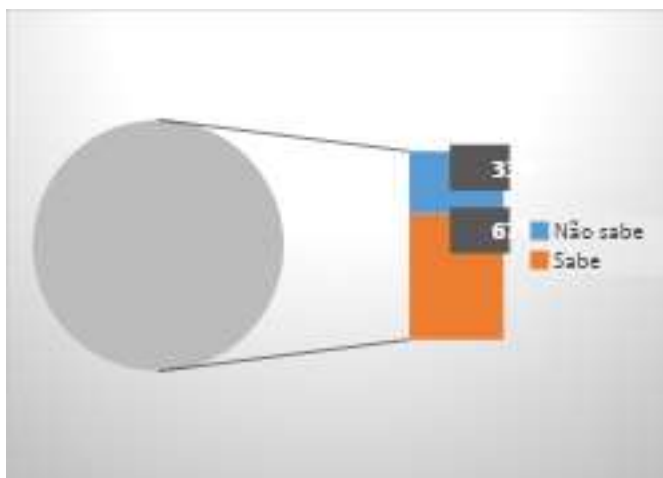
Fonte: Os autores

Das respostas obtidas para a questão quatro, 83% estudantes afirmaram que utilizam a variação linguística no cotidiano; enquanto 17% deles falaram que não sabem. As respostas se tornam um tanto contraditórias quando relacionamos algumas das respostas das perguntas 3 e 4, porque se o aluno não sabe o que é variação linguística, torna-se estranho dizer que utiliza.

Nessa perspectiva, retomamos que é preciso um ensino conscientizado para a preparação do aluno, as respostas, em sua maioria, nos mostram um resultado de discentes despreparados, isso porque é necessário que eles certamente aprendam a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não é algo que deve ser feito tentando criar uma língua falada artificial e reprovando como erradas as pronúncias que são resultados naturais das forças internas que governam um

idioma (Bagno, 1999). Com isso, o fato de não compreenderem muito bem a temática, nos transparece que o ensino já tem reprovado essas formas de falar e dado ênfase à ortografia oficial, já que é o que se cobra em vestibulares e outros concursos; o que não ressalta a importância da variação que faz parte de uma realidade, da cultura de cada estudante. Inclusive de estudantes indígenas Truká que se comunicam através do português e usam em seu cotidiano as suas variedades.

Gráfico 5: Questão 05. Você já ouviu falar sobre preconceito linguístico? Se sim, explique aquilo que entende a respeito.



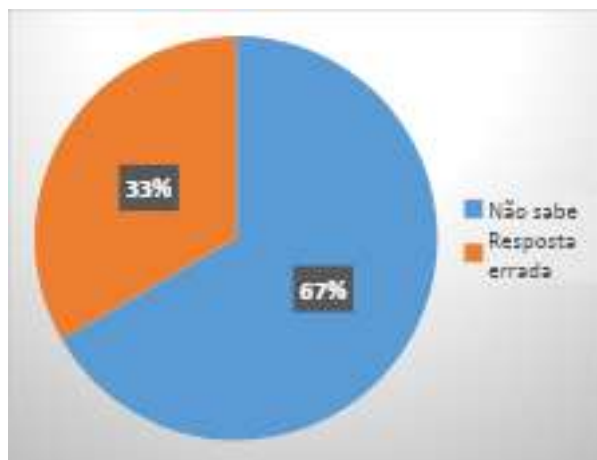
Fonte: Os autores

Dos doze estudantes, 67% responderam que não sabem ou não entendem o que é o preconceito linguístico; enquanto os demais asseguraram que sabiam. No entanto, a justificativa revelou o oposto, pois fizeram confusão com os tipos de

preconceito, inclusive o racismo, a gordofobia e outros; com exceção de um deles que pondera que “acontece porque as pessoas acham que só é certa a forma que falam”. De fato, o preconceito linguístico é, na verdade, um preconceito social, pois segundo Bagno (2003), essa discriminação com base no modo de falar do outro passa muita naturalidade, e é acompanhada de acusações de não saber falar sua língua, uma acusação absurda, por sinal. Há um déficit no que diz respeito à conscientização dos estudantes sobre o que é o preconceito linguístico, e isso impacta nas vivências deles, pois se não sabem o que é, deixarão passar com naturalidade.

Outrossim, é importante dialogar sobre uma resposta da questão cinco, na qual o aluno utiliza o termo “chamaro” ao invés de chamaram. Gramaticalmente, isso é incorreto, contudo, o que pretendemos é analisar que possivelmente o aluno escreveu como ele fala/escuta, é a forma como ele aprendeu e com isso quer carregar consigo. Por isso, é importante levar em consideração a visão de Bortoni-Ricardo (2004), em que isso se explica no contexto de um domínio social, pois é um espaço físico onde as pessoas interagem e assumem determinados papéis sociais, dentre eles, o domínio do lar, onde há comunicação e esta fica marcada por meio dos papéis sociais que cada membro assume. Nosso alunado pode falar “chamaro” em espaço livre, o qual ele faz parte, no entanto, é essencial que ele esteja consciente de que se escreve de outra forma, porque não utilizamos as variedades linguísticas em vestibulares, por exemplo, pois a avaliação é feita a partir de regras postas.

Gráfico 6: Questão 06. Você já passou por alguma situação ou constrangimento que pode ser considerada como preconceito linguístico?



Fonte: Os autores

Como esperado, 67% estudantes responderam que não sabem se já passaram por alguma situação ou constrangimento que pode ser considerada como preconceito linguístico, e os demais, novamente, confundiram com outros tipos de preconceito, ou seja, também não entendem perfeitamente do que se trata. Esses alunos precisam de um diálogo convincente e de troca, para que possam entender e estarem conscientes sobre o tema, em caso de terem alguma experiência relacionada e poder argumentar e defender aquilo que faz parte da sua identidade e cultura, porque “nós somos a língua que falamos” (Bagno, 2003, p. 17). Retratando isso no contexto indígena, já que a pesquisa sobre variação e preconceito linguístico é voltada para este, torna-se ainda mais

preocupante o fato de que os nossos jovens indígenas não compreendam sobre o assunto.

São esses mesmos alunos que muitas vezes não buscam, por exemplo, conhecer sobre a sua própria língua materna, que até então não é utilizada por todos, porém, sabe-se que é necessário buscar conhecer. É uma língua que faz parte de todo um processo histórico, e assim como toda língua, apresenta variedades, formas diferentes de falar e referir-se a uma única coisa. Muitas vezes, alguns indígenas são apontados negativamente por não utilizarem sua língua materna, como se parte da história tivesse sido deletada, contudo, como afirma Kondo e Fraga (2013), há muitas comunidades indígenas que têm lutado na tentativa de fortalecer suas línguas, que são um importante marcador de identidade. No entanto, em uma outra perspectiva, é indispensável que os discentes busquem compreender sobre a língua que eles já utilizam de berço e que é um conhecimento passado de gerações, dando valor aos vocabulários aprendidos e, dentro do território, saber que o modo como se comunicam por meio da língua portuguesa, que media e torna possível a conversação, não é errado. Além disso, é necessário, também, que os professores da aldeia trabalhem sobre esses fenômenos para que os desperte nos alunos o senso crítico acerca da linguagem.

Nesse sentido, o déficit acerca dos assuntos (variação e preconceito linguístico) dentro da aldeia pode ser compreendido como um fator que os deixam vulneráveis à exposição de um preconceito que eles nem ao menos sabem da existência. Por fim, registramos as nossas considerações

finais, que refletem também sobre a necessidade de se trabalhar, fazer uma intervenção buscando combater o preconceito linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho teve como principal objetivo de estudo observar o entendimento acerca da variação e do preconceito linguístico na turma do 1º ano do Ensino Médio de uma Escola Indígena do povo Truká, visando analisar se os alunos realmente compreendem a respeito desses assuntos. Sabe-se que os estudantes ainda são muito questionados e julgados sobre o falar bem e o falar errado por pessoas que ainda não têm o real conhecimento sobre o assunto, mas para eles o reconhecimento da existência de muitas variedades linguísticas diferentes é de suma importância para a cultura e o fortalecimento da identidade do povo diante da sociedade.

É válido ressaltar que o preconceito linguístico, muitas vezes, acontece com teor de zombaria, e gera diversos tipos de violência como: verbal e psicológica, atingindo, principalmente, as regiões desprovidas de educação e cultura, o que se diz ser para todos. Todavia, na verdade, somente uma pequena parcela da população brasileira tem acesso a uma educação de qualidade, e os menos favorecidos são taxados como caipiras, nordestinos, índios, catingueiros, entre outros termos pejorativos. Essas palavras que os reprimem, conforme descrito, podemos destacar que a vergonha, a sensação de “não saber falar a própria língua”, a raiva, o medo e a tristeza, desmotivam e os desencorajam para a interação, não só na escola, mas também fora dela. Porém, todos devem saber que

as variedades linguísticas devem ser consideradas um valor cultural e não um problema.

É por isso que é necessário que a escola, juntamente com o seu corpo docente e as suas práticas pedagógicas, se unam no processo de construção da identidade desses alunos, para que seja banido esse tipo de preconceito que afeta uma grande parte da nossa sociedade. Por fim, conclui-se que o preconceito linguístico deve ser trabalhado nas escolas, promovendo mais informações sobre o tema, atuando junto ao alunado, assim será mais fácil combatê-lo. Pois é nesse contexto que a escola tem o poder social para proporcionar a integração dos grupos sociais, respeitando as diversidades existentes no mundo como um todo.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?** um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos - Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento** - Rio de Janeiro: IBASE, 2004 Disponível em <http://ibase.br/pt/download/7540/> Acessado em 12 de março de 2018.

KONDO; Rosana Hass; FRAGA, Letícia. Índio só é índio se fala língua indígena: representações de identidade indígena. **Revista Língua & Literatura**, v. 15, n. 25. P. 213-239, 2013. Disponível em 136 <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/845/1677>, acessado em 27/06/2018.

SANTOS, Adriana Maria; et al. **No reino da Assunção, reina Truká.** (Organizadoras: Professoras Truká).FALE/UFMG: SECAD/MEC, Belo Horizonte-MG. 2007.

Recebido em 02/04/2025.

Aprovado em 29/08/2025.